

O CONSERVADORISMO DA BUROCRACIA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

*Neide Coelho Boechat**

Resumo: Este artigo trata dos problemas trazidos às Instituições privadas de ensino superior, por uma administração burocratizada cujos recursos impostos não levam em conta as especificidades desse tipo de empresa. A preeminência dos instrumentos burocráticos utilizados sobre a qualidade do trabalho acadêmico têm trazido um enorme prejuízo à qualidade do ensino, às possibilidades de pesquisa e aos projetos de extensão tão necessários à vida acadêmica.

Palavras- chaves: conservadorismo, burocracia, ensino, ética, violência.

Abstract: This article deals with the problems brought to private institutions of higher learning, by a bureaucratic administration whose tax resources do not take into account the specificities of this type of company. The preeminence of bureaucratic instruments used on the quality of academic work have brought a huge damage to the quality of education, to research possibilities and extension projects as needed to academic life.

Keywords: conservatism, bureaucracy, education, ethics, violence.

Introdução

O cenário burocrático que se impõe atualmente em nossas universidades é uma herança deixada pelo século XIX que se manteve conservada como um recurso utilizado não só pelo Estado mas como elemento indispensável a toda e qualquer organização, seja ela pública ou privada.

Apesar da amplitude de sua utilização, a burocracia sempre foi alvo de grandes insatisfações no seio da sociedade. Contudo, especialmente nessa última década, com a sofisticação dos

* Doutora e mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Coordenadora do Curso de Filosofia do Centro Universitário Assunção (UNIFAI).

métodos criados pela tecnologia de informação, a utilização exacerbada de seus recursos no interior do universo acadêmico começou a despertar preocupações dos docentes que enfrentam limites, muitas vezes intransponíveis, devido à força e à peculiaridade dos mecanismos de controle utilizados.

Não podemos negar a necessidade de fazermos uso dos novos recursos criados pela informatização e sabemos mais ainda que sem estes a vida de um modo geral, e a vida acadêmica em particular, enfrentaria grandes dificuldades em função de nossa densidade demográfica. Atender a todas as demandas sem o recurso tecnológico seria, de fato, impossível.

Entretanto, a questão que nos mobiliza neste momento, é o uso que se tem feito de tais recursos e a distorção operada pelas novas logísticas que se impõem no interior de nossas instituições de ensino, transformando-as em verdadeiras empresas, fundadas sobre uma racionalidade técnico-burocrática formal que despreza o caráter e torna nulo o valor dessas instituições, enquanto lugar histórico de produção de conhecimento.

Dessa forma, os docentes universitários, veem hoje com preocupação os prejuízos causados à qualidade do ensino, às dificuldades impostas ao desenvolvimento de pesquisas e aos impedimentos colocados à criação dos projetos de extensão. Resumindo: os cursos universitários sofrem hoje uma crise extremamente difícil de ser debelada.

É importante deixar claro, que o foco desse trabalho recai sobre as instituições particulares de ensino superior (pois a realidade das universidades públicas passa por canais que diferem daqueles percorridos pelo ensino privado) e suas lutas para alcançar uma nova ordem menos burocrática, onde os objetivos acadêmicos e a responsabilidade ética fossem apreendidos como preocupação dominante.

1. Entre o passado e o presente

Quando observamos o pano de fundo sobre o qual foi construído o cenário da História Universal, podemos constatar ali, de forma bem definida, a luta constante dos homens pelo poder. Das épocas mais distantes à nossa atualidade, a conquista do poder passou pelas mais diversas artimanhas políticas. Contudo, não é nosso propósito operarmos uma investigação aprofundada desses movimentos. O que nos interessa nesse momento, é fazer uma breve reflexão sobre as

origens e as consequências dos sofisticados mecanismos de controle criados em nome dessa luta e que, atualmente, sufocam nossa sociedade em seu aspecto mais vulnerável: a educação.

Em busca de compreender tais origens, se faz necessário um olhar um pouco mais atento-ainda que de forma resumida - para os movimentos que marcaram a passagem do século XVIII para o século XXI, ou seja, da Revolução Francesa à Revolução Industrial e desta à Revolução Digital a fim de perceber a natureza das organizações que sustentavam os grupos financeiros, econômicos e políticos criados ao longo desses períodos.

É interessante observar as inúmeras transformações instituídas e as diferentes formas de recursos criados em função de novas fontes insurgentes de poder ou das estratégias que possibilitavam a manutenção de um poder já adquirido.

Segundo Polanyi, na esfera da história universal, a busca pelo equilíbrio do poder foi, durante vários séculos, alcançada através de guerras contínuas. “Segundo o filósofo, poucas coisas eram vistas como mais prejudiciais a uma comunidade do que a existência, em seu meio, de um interesse organizado pela paz” (p. 21). De acordo com Rousseau (1712- 1778) por exemplo, diz Polanyi, o interesse pela paz soava como falta de patriotismo.

Contudo, da Revolução Francesa no século XVIII, à Revolução Industrial no século XIX, a questão do poder sofre uma alteração profunda que se manifesta como antítese do século precedente. A paz desponta nesse momento, como a condição necessária ao equilíbrio do poder, ou seja, tal equilíbrio só poderia ser assegurado por um estado pacífico, e qualquer movimento que ameaçasse esse estado colocaria em risco a articulação dos negócios sustentados pelo desenvolvimento industrial, pelo comércio e pelo movimento crescente do mundo financeiro cujos tentáculos se estendiam pelos países europeus. Todavia, é interessante observar que, apesar de ter sido palco de vários conflitos, o século XIX ficou reconhecido por ser um momento histórico marcado pela exigência de manutenção da paz. Polanyi observa ainda quena segunda metade do século,

(..) sob formas variadas e ideologias mutáveis – às vezes em nome do progresso e da liberdade, às vezes pela autoridade do trono e do altar, às vezes graças às bolsas de valores e aos livros de cheque, às vezes por corrupção e suborno, às vezes por argumentos imorais e apelos iluministas, às vezes à custa de bordoadas e de baionetas – o resultado conseguido era o mesmo, e a paz foi preservada.

A questão é que tal preocupação com a paz surgia em função da necessidade de se manter o controle sobre as novas determinações que despontavam na totalidade do cenário recém-criado

pela Revolução Industrial: um campo de industrialização crescente, um comércio que se agigantava de forma internacional e um mercado financeiro que se afirmava como intermediador entre as organizações políticas e econômicas mundiais. É neste cenário, em pleno movimento, que a burocracia despontou como um recurso organizacional que pretendia assegurar e legitimar os núcleos de poder que se expandiam desde a base até o topo das pirâmides sociais e políticas.

Toda uma rede burocrática que rapidamente se expandiu despertou o interesse de Max Weber (1864-1920). Tal cientista procurou investigar as raízes e os modos de presença deste recurso que, segundo ele, se manifestava como “o tipo mais puro de dominação legal” (Weber, 1999, p.128). Uma dominação que não se restringia apenas às esferas estatais, seus domínios envolviam qualquer instituição, fosse ela pública ou privada.

Contudo o grande problema que transparecia entre as malhas dessa rede é que a legitimação do poder assegurado pelos instrumentos burocráticos fortalecia o desenvolvimento de uma racionalidade funcional que, se por um lado parecia assegurar o controle da instituição, por outro, comprometia a relação entre os meios utilizados e os fins pretendidos.

Segundo Weber, o quadro administrativo de uma empresa é formado por *funcionários* que obedecem às *regras* apresentadas por um *profissional* cujo direito de mando é legitimado por uma *competência concreta* e a base do funcionamento técnico é a *disciplina de serviço*. Logo o elemento pessoa desaparece (Weber, 1999, 129). Tudo o que se tem são cargos. O homem se define pela função que ocupa.

Foi com esse desconforto que no final do século XIX, Karl Marx (1818-1883) desafiou a sociedade europeia colocando em foco o tema de seu conhecido trabalho acerca da alienação desenvolvida pelos trabalhadores, em função das condições desumanas que lhes eram impostas em seu campo de trabalho. O que Marx pretendia ressaltar era que o desrespeito à condição humana do trabalhador acabava por provocar uma inversão na relação do homem com o produto do seu trabalho, isto é: o ser humano deixa de ser um fim em si mesmo para tornar-se um meio ou um instrumento; e os produtos do seu trabalho tornam-se o fim ou a finalidade da força humana empregada. Com isso, tornam-se coisificados todos os elementos da rede produtiva: o homem torna-se uma coisa denominada *força de trabalho* e recebe outra coisa denominada *salário*; o produto do trabalho torna-se uma coisa denominada *mercadoria* e recebe outra coisa chamada *preço*. O proprietário das condições de trabalho torna-se uma coisa chamada *capital* e recebe outra coisa chamada lucro. (Marx, 2004, p.79)

Conclusão: o homem aniquila seu ser como fim em si mesmo para tornar-se um meio ou uma coisa, uma peça da engrenagem industrial, do movimento comercial, do mercado financeiro e da organização burocrática que mantém todo este sistema. Dessa forma, podemos dizer que o século XIX se encerra e deixa como herança uma racionalidade burocrática produtora de mecanismos e instrumentos que se desvelam como essenciais e se auto-legitimam, impondo à sociedade, de forma dissimulada, a força do seu poder sem que esta, nem mesmo se dê conta de forma clara, da reificação a que está reduzida.

Dessa forma, é importante observar que, se o século XIX se destaca pela paz como nos mostra Polanyi, ele não foi menos violento que os demais, pois a burocracia ali afirmada e efetivada é uma terrível violência perpetuada à condição humana. Por outro lado, vale apontar o aspecto obscuro desse processo, pois é, exatamente, pela obscuridade dos elementos que contornam a realidade humana que a condição alienante se afirma e, nesse caso, não foi diferente. A violência semi-obscura do recurso burocrático reside na opressão que ele impõe e, por ser uma opressão dissimulada, os oprimidos são facilmente dominados. Contudo, a reificação humana que ele nos impõe também traz em si uma dissimulação pois, nesse processo, o homem não se torna realmente e efetivamente *uma coisa*, ao contrário, é humanamente, é como homem, que ele vive a condição de coisa; ele torna-se uma coisa-humana ou um homem-coisa. O problema é que tal ambiguidade impede que a consciência alcance a verdade de sua condição. Assim, embora já coisificado, e embora essa sua condição se manifeste fisicamente em seu corpo e em suas ações, ele não tem conhecimento dessa situação como um fato. É aí, nessa dissimulação, que reside o aspecto violento da burocracia.

Assim sendo, a força da racionalidade burocrática se estendeu ao longo do século XX, e chega à sua última década acenando para as complexas alterações que adviriam com a revolução digital. Das grandes às médias e pequenas empresas, todas se viram, em dado momento, frente à necessidade de promover uma reorganização que atendessem às tecnologias de informação. A virtualidade que sustenta tais tecnologias exigiu da sociedade uma alteração radical. Atualmente, está bastante claro para todos que uma nova forma de racionalidade se faz necessária a fim de dar conta das alterações e dos novos códigos que se modificam e adquirem novos contornos com uma margem de tempo, na maioria das vezes, insuficiente para o acompanhamento das mudanças.

Contudo, o que chama a atenção, é que na dialética histórica operada no decorrer dos séculos anteriores, alguns aspectos foram superados, outros conservados e assim, entre superações e conservações novas sínteses se criaram. Todavia, do século XIX para o século XXI, podemos

observar que, apesar da superação de muitos aspectos, a burocracia se destaca como um recurso que se manteve não apenas conservado, mas assimilado de forma incontestável, e em plena consonância com o desenvolvimento técnico científico de cada momento, sofisticando cada vez mais seus instrumentos de controle. Podemos observar que uma constatação feita por Max Weber no século XIX, está em perfeita consonância com a nossa realidade atual.

Toda a história do desenvolvimento do Estado moderno, particularmente, identifica-se com a da moderna burocracia e da empresa burocrática, da mesma forma que toda a evolução do grande capitalismo moderno identifica-se com a burocratização crescente das empresas econômicas. (Weber, 1999, p. 130).

Apesar do avanço alcançado no século XXI pela área cibernética, a racionalidade burocrática não só se mantém, como se faz cada vez mais forte. A necessidade de controle parece aumentar na razão direta do aumento de recursos criados em função da vigilância. É interessante observar ainda, que a sofisticação dos recursos criados, de fato, tornou-os bem menos ostensivos e, exatamente, por serem mais camuflados sua presença pôde tornar-se muito mais constante. Tudo indica que os novos recursos oferecidos pela informatização, de fato, favorecem muito a ubiquidade da burocracia.

Entretanto, precisamos observar com atenção o surgimento de um fenômeno que, apesar do tempo de sua atuação, hoje mais do que nunca se impõe trazendo grandes prejuízos à sociedade. Refiro-me aqui a uma rede de recursos paralelos à burocracia, que operam sob a mesma ordem destes, mas com a finalidade de driblar as regras impostas pela burocracia aceita como legítima por toda a sociedade. É do conhecimento de todos os cidadãos que nosso cenário social abriga duas teias burocráticas que se diferem, certamente, por sua legitimidade, mas que caminham lado a lado: uma tem amparo legal, se desvela e se impõe como regra obrigatória; a outra é velada, ilegítima mas, em sua clandestinidade, se anuncia como opção. Contudo, o fato de sua não-legitimação, não se torna um empecilho, ou seja: se a legítima burocracia impõe enormes dificuldades para que o cumprimento de suas exigências alcance os objetivos por ela determinados, atendendo de forma precária às necessidades dos cidadãos, uma outra burocracia, sem apoio legal oferece facilmente seus serviços e é, por isso mesmo, procurada, tornando-se cada vez mais aceita, sem qualquer constrangimento. A naturalidade com que ela se coloca no seio da sociedade e a facilidade com que os indivíduos a procuram é justificada pelas enormes dificuldades impostas para que as regras burocráticas legítimas sejam cumpridas regularmente.

Tal situação é muito grave porque alimenta a falta de compromisso da sociedade com as leis do Estado, provocando uma alienação social expansiva, uma rede paralela corrupta e, conseqüentemente, uma enorme descrença em seus governantes.

2. A burocracia e a corrupção

É, precisamente, esse duplo movimento, que nos leva a concluir que a burocracia é o alimento da corrupção ou, como afirma Karnal, “a corrupção tem na burocracia o seu nascedouro”²⁹. Seja qual for o objetivo da corrupção (recebimento de dinheiro, obtenção de cargos, desvios de documentos, vantagens sociais e políticas de qualquer ordem, etc.) ela só se sustenta se estiver apoiada por alguma tramitação burocrática devidamente organizada. E, ademais, esclarece ainda o referido professor: “a burocracia não garante o controle do que quer que seja”.

A questão que se torna inevitável é: se uma organização burocrática pode ser desmantelada e substituída por outra (ilegal); se a burocracia não alcança o controle pretendido pelas empresas, o que faz com que a esfera empresarial tente se articular em cima de organizações cada vez mais burocráticas?

Talvez a chave de compreensão para este fato esteja na célebre afirmação de Max Weber: “A burocracia não tem rosto, só engrenagens” (Weber, 1999, p. 30-31), ou seja, ninguém é totalmente responsável pelas determinações exigidas; a responsabilidade é sempre transferida e distribuída entre os funcionários envolvidos, e o poder diluído pelos diversos patamares da pirâmide hierárquica permanece assegurado, garantindo o funcionamento do aparelho burocrático. Dessa forma, a grande preocupação com a eficácia da burocracia, não diz respeito ao aprimoramento do serviço, mas sim à garantia do poder.

Dessa forma, podemos constatar que nossa organização social está assentada sobre a tirania de um império técnico-burocrático cujos comandos invisíveis, indefinidos, indistintos, sem nome e sem rosto nos obrigam ao cumprimento de leis estabelecidas e, o que é mais grave ainda, um cumprimento indiscutível, pois qualquer tentativa de esclarecimento está fadada ao fracasso, ou seja, a *via crucis* a ser percorrida em busca de alguma informação assemelha-se à luta do agrimensor, personagem de Kafka (1983-1924), que para reivindicar seus direitos passa por um cortejo de burocratas que o impedem de alcançar seu objetivo. É interessante mostrar o paralelo

²⁹Karnal, Leandro. Comentário realizado na TV Cultura, no Jornal da Cultura do dia 11/09/2015, acerca da corrupção no Brasil.

entre a realidade dessa obra de ficção, publicada no início do século passado e a nossa realidade atual, para deixar claro o conservadorismo que sustenta nossa racionalidade.

A obra *O Castelo*, escrita em 1922, relata uma situação que em nada difere da nossa situação atual. Os trâmites burocráticos que somos obrigados a percorrer em busca de esclarecimentos sobre nossos direitos nos colocam diante de situações que não compreendemos e para as quais ninguém tem uma resposta; os caminhos não são claros; os argumentos são contraditórios; os funcionários repetem um discurso decorado; ninguém tem condição de nos oferecer uma informação segura, porque também ninguém sabe o que dizer. E, por mais que nos esforcemos, saímos sem respostas. A verdade do que procuramos nunca aparece. E, ao final da luta, envergonhados pela derrota, cedemos à exigência do que nos é imposto. Daí o caráter tirânico da burocracia que nos oprime. Nossa situação em muito se assemelha à realidade do século XIX. Será que podemos mesmo falar de progresso?

A contradição da realidade em que vivemos, exige-nos uma reflexão: por um lado temos que conviver com a obscuridade que acompanha os elementos de controle criados por uma racionalidade burocrática, por outro, nos vemos expostos em um universo dominado pelas redes sociais e por todo o aparelhamento do mundo digital criado por uma racionalidade tecnológica que ameaça com luzes de néon nossa privacidade, aproximando o espaço público do privado de tal forma, que hoje parece não fazer mais sentido se discutir sobre a dicotomia aparência *versus* realidade, pois a aparência está colada à realidade e, a partir daí, o que é visto é real e existe, ou seja, o que é visto fica reduzido àquilo que aparece.

O problema trazido por toda essa indissociação é, exatamente o caráter ambíguo que ela carrega em si: a realidade aparente é determinada por algo que age de forma invisível (não-aparente), ou seja, a realidade é criada e compreendida por uma razão mercadológica alimentada pela força da virtualidade advinda das tecnologias de informação; uma razão que *não tem rosto*, como afirmava Weber e nem as condições de possibilidade para a *mão invisível* de Adam Smith; uma razão que se fez “cega pelas luzes intensas do seu século, não conseguindo, com isso descobrir as trevas do seu tempo” (Agamben, 2010, p. 63) e que se fez muda diante das regras que lhes são impostas pois, no que diz respeito ao pensamento burocrático, nossa razão se cala: o *logos* parece não dar conta dessa realidade.

3. A burocracia nas instituições de ensino superior (IES)

A complexidade maior de toda essa questão desponta quando nos damos conta de que a burocracia que regula o funcionamento de empresas cujo lucro advém do mercado e que precisam lucrar com a venda de seus produtos é a mesma que obscurece com sua cegueira as instituições de ensino superior, obliterando ali o *status* entre meios e fins. A racionalidade que rege uma, rege também a outra. Reside aí o absurdo de tal situação, pois meios e fins totalmente diversos, são tratados como iguais.

É claro que não podemos deixar de reconhecer os muitos aspectos facilitadores promovidos pela tecnologia da informação, mas, por outro lado, somos também levados a constatar que os administradores das instituições de ensino não levaram em consideração os aspectos humanos, quando transferiram sua razão mercadológica e seus conhecimentos de administração empresarial para a especificidade dessas instituições .

No que se refere aos objetivos de empresas voltadas para a produção ou venda de mercadorias e, principalmente, para o mercado financeiro, é pertinente o uso das técnicas de informação que otimizam o tempo na estruturação da logística que as sustentam, pois a urgência do lucro é a finalidade do empreendimento. Da mesma forma, é pertinente preocupação dos empresários em investir fortemente na qualidade dos produtos fabricados, pois o controle de qualidade é o que garantirá o sucesso de suas vendas na competição com os concorrentes. Para isso se tornar possível, um grande investimento é realizado em todo o ambiente onde os produtos são confeccionados: deve-se observar um controle especial de temperatura, de umidade, do acondicionamento correto das mercadorias, do prazo de validade, etc.; os técnicos e os operadores fazem uso de roupas e acessórios especiais que os resguardam de acidentes. E assim, uma série de condições apropriadas são mantidas para que a produção final alcance a eficácia necessária ao sucesso de suas vendas.

Contudo quando o foco recai sobre as instituições ensino superior dois aspectos precisam ser ressaltados: o tempo e a qualidade do produto (e sem dúvida, um está vinculado ao outro). A questão do tempo, embora apareça frequentemente, é muito pouco considerada. Entretanto é fundamental, se quisermos demarcar os limites que separam as IES das demais empresas, que alguns aspectos mereçam nossa reflexão. Para começar, precisamos perceber que a vivência do tempo, ou seja, a forma pela qual os docentes e discentes administram suas funções diante da dualidade tempo-trabalho, e a expectativa dos empresários que administram essas instituições em relação a este trabalho em nada se aproximam das demais empresas. O trabalho desenvolvido no interior de uma IES não pode ser rigidamente mediatizado pela urgência do tempo, pois a principal

finalidade desse tipo de empreendimento não deve ser o lucro, mas a formação educacional e intelectual daqueles que pagam e mantêm a instituição e, embora isto pareça muito claro, quando os cronogramas dessas instituições são organizados, tal fator não é levado em consideração. Ao contrário, tudo é cronometrado em função das regras burocráticas estabelecidas, cuja referência temporal é a velocidade possibilitada pela informatização. Mas o grande problema, é que a expectativa do cumprimento dessas regras ignora o fato de que elas não poderiam ser cumpridas, pois a temporalidade humana em nada se aproxima da velocidade própria das respostas informatizadas. A velocidade das respostas esperadas é incompatível com o tempo necessário para sua elaboração. Estabelece-se, então um paradoxo: não são os mecanismos burocráticos que servem às necessidades acadêmicas, ao contrário são as necessidades acadêmicas que deverão funcionar e se adaptar ao tempo imposto pelos mecanismos urgentes da burocracia. Dizendo de outra forma: não são as máquinas que devem servir aos homens, ao contrário os homens é que devem se adaptar ao ritmo das máquinas.

Toda essa questão torna-se grave porque a simplicidade e a imediaticidade com que vivemos nossa temporalidade nos impede uma reflexão adequada sobre essa nossa vivência. Não nos permitimos “perder tempo” pensando sobre o tempo. Entretanto, essa negação nos traz grandes prejuízos.

No que se refere ao trabalho desenvolvido nas IES, a questão do tempo torna-se especialmente grave pela inversão que atinge os objetivos fundamentais propostos pelos planejamentos dessas empresas, ou seja, a qualidade do trabalho desenvolvido entre alunos e professores, (preocupação fortemente apontada em tais planejamentos) perde sua importância, em função da imediaticidade dos seus resultados que, por sua vez, devem ser devidamente registrados, no prazo determinado. Além disso, é interessante apontar, que os resultados não são o que, de fato, importam, mas sim o seu registro. O registro das informações adquire um peso muito maior do que a informação em si mesma, pois qualquer atraso ou ausência do registro pode comprometer a rede burocrática previamente organizada pela empresa. A preeminência do registro sobre o resultado já é consequência do descompromisso com a qualidade do trabalho desenvolvido.

É interessante apontar que desponta também neste quadro a inversão apontada por Marx, no século XIX, na relação do homem-trabalho. Quando se trata de uma empresa voltada para a fabricação de mercadorias, o empresário se apresenta totalmente comprometido com a qualidade do produto (como já apresentamos anteriormente), isto é, o produto merece do empresário um cuidado todo especial. Mas no caso de uma instituição de ensino, onde o trabalho diz respeito à

produção do conhecimento criado, não por máquinas, mas por seres humanos, a qualidade do produto não faz parte dos interesses do empresário. Será que podemos falar de progresso?

Não se trata aqui de desconsiderar a busca pelo retorno financeiro daquele que investe seu capital nesse tipo de empresa, mas é preciso levar seriamente em consideração que, se uma empresa é criada sob o compromisso de investir na produção do conhecimento, na cultura ou em qualquer aspecto ligado à educação e à formação intelectual dos envolvidos, os limites humanos dos atores participantes deste processo devem ter, pelo menos, a mesma importância dada, por exemplo, àqueles que trabalham com a produção de mercadorias e à qualidade das mercadorias por estes produzidas. É o mínimo que se poderia esperar desses empresários.

A gravidade dessa distorção é que ela recai diretamente sobre os dois sustentáculos da instituição: o corpo discente e o corpo docente, comprometendo nesse processo a relação entre meios e fins, já mencionados acima. Ou seja, o fim das instituições de ensino superior estão hoje voltados para a manutenção do perfeito funcionamento de uma esteira burocrática previamente estabelecida; o respeito ao cumprimento da burocracia é a grande finalidade dessas empresas. Com isso, a produção do conhecimento, enquanto fim legítimo de uma universidade, perde seu caráter de fim, comprometendo, entre vários outros aspectos, o tripé que deveria manter-se incólume no interior do espaço universitário: o ensino a pesquisa e a extensão. Foi tal distorção que conduziu Tragtenberg (1929-1998) a identificar no ensino universitário uma situação de “delinquência acadêmica”.

A delinquência acadêmica caracteriza-se pela existência de estruturas de ensino em que os meios (técnicas) se tornam fins, os fins formativos são esquecidos; a criação do conhecimento e sua reprodução cedem lugar ao controle burocrático de sua produção como suprema virtude, em que ‘administrar’ aparece como sinônimo de vigiar e punir – **o professor é controlado mediante os critérios visíveis e invisíveis de nomeação; o aluno, mediante os critérios visíveis e invisíveis de exame.** (Tragtenberg, 2004. p.18, grifos meus)

Todo esse quadro de amplos paradoxos vividos conflitivamente pelos docentes e discentes da instituição é complementado no final do período, quando este que desenvolveu seus trabalhos planejados e legitimados pela universidade onde estudou, se vê diante da oportunidade que lhe é conferida pelos órgãos governamentais de avaliar a IES na qual realizou seu curso. Aliás, o discente, formalmente, só finaliza o curso quando avalia legitimamente a instituição de ensino em que estudou. Para isso, ele faz um exame proposto pelo Ministério da Educação avaliando o

trabalho desenvolvido pelos professores da instituição e, caso o resultado não seja favorável, a instituição será penalizada. Formalmente, a responsabilidade recairá sobre ela, que é também um órgão formal mas, na origem do fracasso, destaca-se a figura do profissional de ensino que trabalhou diretamente com os discentes: a pessoa do professor. Concretiza-se, nesse momento, a maior e mais constrangedora distorção de todo nosso sistema de ensino: não é o docente que avalia o discente, ao contrário, é este que vai avaliar o profissional de ensino que com ele trabalhou: um professor que se empenhou em sua formação intelectual, que foi admitido legitimamente em sua função, mas que será, ainda que indiretamente, avaliado por uma prova cujo objetivo nada tem a ver com os conteúdos por ele trabalhados, pois o que tal avaliação pretende investigar são as habilidades e competências desses docentes.

Com isso nos vemos diante de mais um recurso burocrático - desta vez não mais imposto pelas IES, mas sim pelo Estado - pelo qual ninguém se responsabiliza porque não há mesmo nenhum responsável identificado: os alunos não se responsabilizam, porque os resultados não retornam sobre eles; os empresários dirigentes das IES não se responsabilizam porque não têm participação neste trabalho e os professores não podem se responsabilizar, porque os objetos de seu trabalho não fazem parte desta avaliação. De qualquer forma, a invisibilidade, a irresponsabilidade e os aspectos de controle e punição próprios dos recursos burocráticos se fazem presente: a nota obtida pelos alunos recairá não sobre ele, mas sobre a instituição onde estudou que, por sua vez, permanece cega, surda e muda, como toda sociedade onde a burocracia reina de forma absoluta.

4. A burocracia e a força mercadológica do poder

Em seu passado histórico, as escolas foram criadas para atender à necessidade de levar conhecimento e cultura àqueles que iniciavam sua construção intelectual. As instituições eram necessárias à sociedade para complementar a educação que se iniciava no âmbito familiar. Tal necessidade conferiu às instituições um valor que vinha atrelado ao saber. A procura e o interesse pelo conhecimento já era em si mesmo um valor. Por outro lado, o professor, enquanto ator desse processo, ocupava um lugar distinto dos demais, pois era aquele que ofereceria aos discentes o saber procurado. A ausência do conhecimento se manifestava como um desvalor. Logo o valor do saber, como todo valor, estava relacionado à sua falta.

Contudo, na historialização desse processo operou-se uma profunda inversão e o quadro que hoje se desvela diante de nós é exatamente o avesso do seu princípio. Não são apenas os alunos que precisam de escolas para sua formação intelectual; são as escolas que deles necessitam para se afirmarem solidamente como empresas. Podemos perceber que tal alteração modificou inteiramente o cenário diante do qual vem se desenvolvendo a história da educação no país.

Foi dessa forma que consolidou-se a finalidade da criação de instituições de ensino como empresa cujo produto vendido deve obedecer à demanda do mercado e, como vivemos a era da informatização, o produto não poderia ser a cultura ou o saber mas sim a informação dos acontecimentos e das ocorrências que aparecem a cada instante em cada lugar do mundo se multiplicando com rapidez no competitivo e agressivo mercado internacional. Simbolicamente, isso fica muito claro pela presença das elemídias espalhadas pelo interior de todas essas empresas de ensino superior: tais aparelhos foram programados para veicular apenas divulgações jornalísticas; ali não se veicula nada que diga respeito à cultura ou ao saber, pois é preciso reforçar nos alunos o interesse pelas informações e mantê-los sempre bem informados. Mas, por outro lado, chama atenção a falta de divulgação de qualquer evento relacionado à cultura ao conhecimento ou à educação

O que podemos constatar é que não há mais qualquer pudor em se fazer da educação um produto a ser mercantilizado, foi necessário que ela se submetesse às leis mercadológicas. E como, por sua vez, o conhecimento e a cultura também transformaram-se em outra coisa que não aquilo que conhecíamos como tal, seu valor não pode mais estar atrelado à falta que fazem, porque já não fazem falta alguma. Portanto, a educação anunciada no mercado está fundamentada na informação e vendida muitas vezes por preços exorbitantes.

Assim sendo, os professores se especializam em disciplinas que possam ser úteis ao mercado e os alunos procuram os cursos para os quais haja mercado de trabalho. A força do mercado invade e devasta as entranhas do corpo acadêmico de tal forma que, se uma disciplina perde sua utilidade comercial, sua presença tende a desaparecer do universo do conhecimento. Só permanece e vale a pena ser conhecido, aquilo que pode ser comercializado.

No interior desse universo mercadológico que circunscreve o ambiente acadêmico, vale observar com atenção as relações de poder criadas entre o corpo discente e as demais instâncias das instituições.

Hierarquicamente, as mantenedoras, a reitoria e o corpo docente estão colocados acima do corpo discente na pirâmide institucional. Todavia, sem o corpo discente essa pirâmide desaba.

Todos dependem dele para subsistir. Logo, a submissão a ele deveria ser algo indiscutível. Mas a questão se torna complexa, porque é necessária a presença de uma autoridade para que a ordem e a obediência a toda burocracia imposta seja mantida. Em princípio, essa autoridade deveria ser garantida pelo estatuto do saber que acompanha o corpo docente e que, por sua vez, mantém uma relação mais direta com os discentes. Entretanto, tal autoridade se desvela enfraquecida, pois está diretamente submetida aos ditames do poder burocrático. Como a inércia burocrática que domina as instituições perpetua a impotência daqueles que a ela se submetem, a temporalidade vivenciada nos por docentes e discentes sofre uma disfunção, afetando a relação de autoridade³⁰ que deveria ser mantida: o professor não tem o tempo necessário para trabalhar os conteúdos exigidos, porque o tempo do docente é controlado pelas instâncias burocráticas dos setores administrativos cujas necessidades são incompatíveis com o trabalho pedagógico; o aluno não tem o tempo necessário para assimilar os conhecimentos propostos porque o tempo determinado pelo professor é incompatível com sua produção científica. Logo, o docente precisa afrouxar os limites colocados e enfraquece sua autoridade, em função de atender às demandas urgentes impostas pela burocracia vigente. Aliás é importante perceber a força com a qual o império burocrático rege as instituições de ensino, determinando o que deve ou não prevalecer; o que deve se destacar ou que deve desaparecer, tornando cada vez menor o espaço para a atuação do professor. É o que se pode comprovar, por exemplo, quando observamos a forma invasiva com que o Ensino à Distância (EAD) se proliferou pelo país, sem controle e sem o cuidado necessário para que o ensino proposto se efetive sem prejuízo àqueles que o utilizam.

A questão é a seguinte: a reversibilidade desse quadro no qual estamos engessados seria possível? O que fazemos com o desafio proposto por Marx ao redigir sua décima primeira tese sobre Feuerbach, a saber: “os filósofos só *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras, do que se trata é de *transformá-lo*” (Marx 2002 p.103)?

Tal questão, de fato, vale ser lembrada à sociedade como um todo, já que dela parece ter desaparecido. Mas quando se trata de nossas universidades sua lembrança deveria ser dispensável. O lugar ocupado pela universidade não permite que a provocação de Marx seja esquecida, pois é da própria natureza desta instituição o exercício do pensar e do repensar, do questionar os limites que lhes são impostos e de negá-los, se for o caso. A universidade possui um lugar histórico que se caracteriza pela liberdade de pensamento e que deve ser continuamente revisitado.

³⁰ O significado da palavra autoridade, não tem qualquer vinculação com a ideia de autoritarismo.

Seja como for, para atendermos ao chamado marxiano, teríamos antes de tudo de reconhecer o engessamento que nos contorna, o que significa que teríamos que abrir uma *clareira* acolhedora para a *aletheia* que se manifesta diante de todos. Mas a essência da verdade – dizia Heidegger (1889-1976) pressupõe o exercício da liberdade.(Heidegger, 1973 p. 335). Poderíamos então perguntar: como exercitar nossa liberdade nessa realidade que nos sufoca, ameaçando nossa sobrevivência num mercado burocratizado? É claro que há uma hegemonia de interesses ligados a várias instâncias de poder que pretendem retirar das universidades sua autonomia, mas há também a liberdade individual que pode se afirmar pela mesma negatividade que contorna esta situação. Afinal de contas, toda a nossa história, já afirmava Jean-Paul Sartre (1905-1980), foi construída pela liberdade singular dos agentes políticos, ou seja, pela liberdade de negar determinada situação e de empreender sua mudança. Por outro lado, tal filósofo nos mostrou também “que tudo se descobre na necessidade. (...). A necessidade se totaliza como função porque está reduzida a tornar-se gesto”. (Sartre, 1985, p. 194); gesto este individual, que tem sua raiz em um projeto singular, mas que se manifesta em meio a uma multiplicidade de agentes singulares submetidos à mediação pela mesma materialidade. Logo, a singularidade desse gesto, multiplica-se, totalizando-se em um movimento que coloca o agente histórico no interior da corrente universal. É neste movimento, que surge, segundo Sartre, a figura do universal-singular, também investigada por Merleau-Ponty (1908-1961) e a propósito da qual, Sartre faz a seguinte observação:

(...) tendo partido da bem conhecida universalidade do singular, ele [Merleau-Ponty] chega à singularidade do universal. Foi ele que desvendou a contradição fundamental: todas as histórias são toda a História. Quando o relâmpago-homem se ilumina, tudo fica dito (...): o Verbo torna-se carne, o universal apenas se instaura pela singularidade viva que o deforma ao mesmo tempo que o torna singular. (Sartre, 1964, p. 246).

O problema que se instaura no interior das instituições de ensino é que os mecanismos burocráticos instalados estão de tal maneira interiorizados pelos indivíduos que nelas trabalham, que não se trata mais de ver neste fenômeno uma simples questão de adaptação, pois *o verbo tornou-se carne* e, a partir daí, os indivíduos já se reconhecem como parte do corpo burocrático. A alienação que os contorna distorceu a imagem que têm de si mesmos a tal ponto, que o pertencimento a este novo corpo e a função que nele exercem não mais os incomoda. A violência das imposições não os revoltam, pelo contrário, são aceitas de forma muito natural, isto é, não são reconhecidas como violentas. Os docentes contemporâneos, em seu dia-a-dia, não se sentem

oprimidos nem reconhecem a fragilidade e a fragmentação de sua subjetividade. A consciência histórica de si, de tão enfraquecida, compromete sua função de sujeito agente e sua cidadania.

Embora com uma visão que, de certa forma, se afastada visão de Sartre no que se refere à liberdade, a análise crítica de Bauman muito se aproxima da noção de má-fé estudada pelo pensamento sartriano quando fala das ilusões e das máscaras criadas pelos homens quando se apreendem diante da liberdade. Assim o pensador polonês observa que a passagem para o estágio final da modernidade ou para a condição pós-moderna não produziu maior liberdade individual.

Apenas transformou o indivíduo de cidadão político em consumidor de mercado. (...) o ganho de liberdade supostamente obtido (...) é em larga escala ilusório. A ilusão, no entanto, é bem protegida do desmascaramento num contexto em que os processos de agendamento e codificação são mais ou menos invisíveis e no qual os resultados desses processos atingem o indivíduo mais sob a forma de uma “oferta que não se pode recusar” do que de uma ordem. A obediência ao código é disfarçada como conduta autopropulsionada; o veneno da opressão foi espremido pelo aguilhão da falta de liberdade. (Bauman, 2000, p. 84)

De forma mais geral, o que se pode constatar é que os profissionais do ensino colocam-se em seus “empregos” numa posição de sobrevoos, ou seja, o compromisso com a educação torna-se distante. A vivência anestésica dos “elementos” do corpo docente e as artimanhas do poder que dificultam as iniciativas individuais são duas pontas do nó que amarra todo esse processo, ou seja: a primeira ponta do nó reside no desconhecimento do próprio nó e, a segunda, na falta de reconhecimento de si mesmo como alguém que compactua e que alimenta as amarras desse sistema. É claro que tal reconhecimento implicaria o desvelamento de questões que foram conservadas e, por muitos anos, precisaram manter-se veladas; questões estas que dizem respeito ao lugar ocupado pela figura do professor no corpo social – o que o colocaria diante de si mesmo enquanto cidadão. Poderíamos resumir tudo isso seguinte forma: o que significa ser professor, num país onde o sistema educacional se desenvolveu de forma marginal pelas mãos incompetentes dos próprios profissionais do ensino e pelo descaso dos órgãos governamentais no que se refere à educação e à cultura? Como sobreviver ao desvalor conferido aos professores pela própria sociedade de consumo da qual eles mesmos fazem parte?

Pensar sobre tais questões, exige indagar-se sobre si mesmo enquanto cidadão, e perceber que a verdade está muito além da superficialidade que se desvela em nossa realidade política e social. Significa, antes de tudo, colocar em questão a própria liberdade, o que implicaria reconhecer a falta de coragem para admitir que não há obstáculo, opressão, nem mesmo imposição

burocrática que impeça qualquer indivíduo de dizer não à burocracia que o oprime. Significa reconhecer a impotência e o medo de enfrentar o poder e, mais ainda de olhar de frente seu medo mais radical, isto é, o medo de ter medo da inércia que o envolve e o impede de impor uma resistência.

É claro que não se trata de algo fácil, pois nossa realidade atual é de tal forma complexa, que torna-se difícil encontrar os rastros de uma racionalidade crítica voltada para possíveis mudanças e tentativas de transformação da racionalidade vigente (que há muitos anos conserva uma cultura da passividade) por uma nova racionalidade, uma nova cultura, uma visão de mundo que valorize o princípio da liberdade individual e, ao mesmo tempo, a importância de coesão da sociedade; que valorize, sobretudo, o comprometimento como base da relação entre a sociedade e as universidades. Aliás, essa é uma relação praticamente inexistente, logo não cabe aqui nem mesmo falar de compromisso.

De qualquer forma, e seja como for, a escolha de se colocar no mundo na condição de professor exige compromisso com o magistério e se esse magistério está ameaçado, o profissional “deve” impor sua resistência àquilo que o ameaça. Certamente, estamos aqui no âmbito da ética mas a coragem para a manutenção da ética é fundamental quando falamos de educação.

Considerações finais

A grande preocupação que contorna o problema tem suas raízes mais profundas na educação. Vivemos hoje uma crise que se estende por todos os setores: crise política, econômica, social, financeira, que se reflete na saúde, no sistema educacional, nos meios de locomoção, etc.. Contudo é necessário observar que nesse mar revolto destaca ponta de um iceberg cuja profundidade oculta o total descompromisso com os princípios mais elementares da ética. Fala-se muito, atualmente, de uma crise ética, mas não podemos identificar nessa situação uma crise já que por *crise* entendemos algo momentâneo e, lamentavelmente, a ética sempre foi algo desprezado em nosso país. Não fomos educados para esse fim. Mas é interessante ressaltar que se trata, aqui, de ética e não de moral.

Sem dúvida, até há algumas décadas que nos precederam, ainda havia uma grande preocupação com a moral e esta vinha quase sempre atrelada, ao universo religioso. A sociedade, de fato, estava vinculada a uma moral religiosa que, aos poucos, foi perdendo sua hegemonia. Além disso, como a moral é histórica, os princípios morais sofreram alterações ao longo do tempo

em função, principalmente, de fatores científicos, sociais e do surgimento de novas formas religiosas. Por outro lado, paralelamente a esse movimento, o sistema educacional do país começou a dar sinais de uma decadência que veio se agravando a passos largos. Logo, os paradigmas que sustentavam a antiga moral foram desaparecendo, sem uma sustentação educacional que promovesse a orientação necessária para a criação de novos valores morais e para a construção de uma sociedade verdadeiramente ética.

Entretanto, é preciso considerar que ética é diferente de moral, pois esta está ligada aos costumes e à vontade subjetiva, enquanto a ética é uma ciência que tem a moral como objeto de estudo. Segundo Hegel, a ética “é a realização do bem em instituições históricas que o garantam”(Filosofia do Direito § 108). “As instituições éticas têm uma realidade superior à da natureza, porque constituem uma realidade necessária e interna” (*ibidem* § 146). Logo a ética é, realmente, uma ciência que se aprende mas, uma vez que seu objeto de estudo é a moral e a moral está assentada, antes de tudo no respeito ao outro, ninguém está dispensado de agir eticamente, por não ter desenvolvido uma formação acadêmica que a privilegiasse enquanto disciplina. Logo, *ser ético* é dever de todos os cidadãos.

Sendo assim, estamos diante de duas questões, ambas vinculadas a um princípio fundamental, ou seja, o princípio da responsabilidade. A primeira diz respeito a uma responsabilidade que se estende a todos as pessoas: todos somos educadores; mesmo aqueles que nunca se interessaram pela área pedagógica, pois a educação começa na família, logo pais e mães são os primeiros responsáveis pela educação. A segunda é que, uma vez que todos frequentamos uma escola, seria de se esperar que todos nós fôssemos educados. Mas o sistema educacional do país nunca se preocupou com uma educação voltada para a ética. Os professores, de um modo geral, nunca se preocuparam com essa questão porque eles mesmos desconheciam esta necessidade. Todavia, hoje é muito claro que, enquanto a nossa sociedade não estiver verdadeiramente consciente da importância de se manter e de se exigir de todos um comportamento ético; enquanto não houver por parte de todos o reconhecimento dos prejuízos que ausência da ética pode nos causar, continuaremos alimentando o desenvolvimento de uma sociedade irresponsável, descomprometida e, conseqüentemente medíocre que é, aliás, a nossa.

Daí, a pertinência da preocupação atual por parte de alguns professores universitários (não de todos, é verdade) com a formação de seus alunos, pois serão estes que irão para as salas de aula preparar os alunos da educação básica e do ensino médio. Contudo, apesar da importância dessa

preparação, tudo o que encontramos por parte dos gestores e dirigentes dos nossos cursos de licenciatura ainda é um total descompromisso com essa questão.

Podemos observar que houve um tempo em nosso país, que era muito pequeno o número de instituições universitárias e dessas, quase todas eram públicas. As universidades particulares foram aparecendo aos poucos. Hoje, ao contrário, temos uma ampla rede que abriga o ensino privado de nível universitário, mas são muito poucas as universidades que desenvolvem um trabalho verdadeiramente comprometido com a formação dos seus discentes. Por outro lado, a grande maioria funciona, não em função dessa formação, mas em função de responder às exigências burocráticas impostas pelo Ministério da Educação.

A questão burocrática tem no próprio MEC a legitimação das burocracias internas que regem cada instituição de ensino. E, como já mostramos aqui, nessas circunstâncias ninguém pode se responsabilizar inteiramente por coisa alguma, pois todos que atuam na instituição estão atados por um mesmo nó. Com isso, a irresponsabilidade tornou-se uma condição necessária ao trabalho universitário. Ninguém se arrisca a se comprometer e qualquer tentativa de rompimento com o reino burocrático imposto é um risco de desemprego. Para que o trabalho se desenvolva harmoniosamente é preciso, portanto, aceitar as imposições advindas, como afirmava Hanna Arendt, do “governo de Ninguém”.

Claro que é importante para as ciências políticas e sociais que a essência do governo totalitário, e talvez a natureza de toda burocracia, seja transformar homens em funcionários e meras engrenagens, assim os desumanizando. E se pode debater prolongadamente e com proveito o governo de Ninguém, que é o que de fato significa a forma política conhecida como burocracia. (Arendt, 2000, p. 312-313).

Tal citação de Arendt, diz respeito ao julgamento de Eichmann, funcionário alemão condenado por suas atuações durante o nazismo. Contudo, guardando as devidas proporções, o que se passa hoje em nosso sistema de ensino superior é também algo muito grave, pois o que está em jogo é a formação educacional, cultural, científica e profissional de indivíduos de todo o país e, por mais que tentemos compreender a submissão acrítica de uma grande parte dos professores à engrenagem burocrática imposta, não podemos nem devemos tolerar que essa inércia se reproduza pelas gerações a fora como tem acontecido. Além de tudo, nessa comparação, temos que considerar ainda que, diferentemente da situação alemã, a nossa questão se desenvolve no interior de um Estado democrático, onde podemos e devemos dizer *não* quando for necessário, o que nos

exige olhar para esta questão, não como algo banal, mas como algo que deve ser negado, algo em direção ao qual devemos exercer nossa liberdade como resistência.

Em primeiro lugar, é necessário apreender o sentido dessa resistência como uma ação empreendida para se preservar o *valor* e não o *fato* em si mesmo.

Alfredo Bosi resume de forma clara o significado de resistência a que nos referimos aqui.

[A resistência] é o momento negativo de um processo dialético no qual o sujeito em vez de reproduzir mecanicamente o esquema das interações onde se insere, dá um salto para uma posição de distância e, deste ângulo, vê-se a si mesmo, reconhece e põe em crise os laços apertados que o prendem à teia das instituições (BOSI, 2002, p. 26)

Um indivíduo, ao impor sua resistência, não o faz simplesmente para enfrentar as tramas engendradas e as artimanhas de um poder em função de conservar uma situação já estabelecida, ou seja, um *fato*. Uma conduta de resistência só pode ser compreendida em relação a um sistema hierarquizado que tem no poder um valor a ser perseguido

Em sua obra *Cahiers pour une morale*, Sartre empreendeu uma pesquisa profunda sobre a relação entre o *fato* e o *valor*. Segundo ele, os valores se constituem como um ideal colocado pela liberdade na busca de um fim futuro. “Todo fim tem valor e toda atividade humana é sustentada pelo valor. Mas eu não sou responsável pelo valor como o sou do fim”

De fato, o fim está na realização de um projeto intencional, é o resultado projetado de uma operação; enquanto o valor é o que minha operação não pode visar, o que não seria – como ultrapassamento de toda operação – sem essa operação mesma, mas o que persegue marginalmente essa operação. Eu sou responsável pelo valor não enquanto eu projeto isto ou aquilo, mas por [eu] *ser* uma falta, isto é, eu me faço uma falta. (Sartre 1983 p. 120)

E aquilo que falta, ressalta o filósofo, é “precisamente o valor, é o que se manifesta entre o ser e o dever-ser”. Logo, o valor está para além do ser; é o ser daquilo que não tem ser; é *o que ainda não-é* ou o que falta. Melhor dizendo: é o sentido concreto da falta; é algo futuro a ser realizado e que se esvai no momento mesmo em que é alcançado. Resumindo: tudo o que realizamos é um fim, na expectativa de que sua realização faça surgir o valor como algo absoluto. Por isso ele afirma “o fim tem sempre um valor”

Quanto aos fatos nada mais são do que a realização dos fins buscados. Mas nessa busca, o homem opera como que uma trapaça: passa a considerar os valores como dados transcendentais e independentes.

O homem busca o ser às cegas, ocultando de si mesmo o projeto livre que constitui essa busca; faz-se de tal modo que seja *esperado* pelas tarefas dispostas ao longo do seu caminho. Os objetos são exigências mudas e ele nada mais é em si do que a obediência passiva a essas exigências. (Sartre, 2001, p. 674)

O que Sartre faz questão de ressaltar é que a consciência humana é ontologicamente livre e, pela liberdade, “o homem sempre pode passar para um plano reflexivo e moral e, a partir daí, cabe a ele escolher entre o fato e o valor”. (Sartre 1994, p.121). Realmente, ele pode fazer essa escolha, mas no que diz respeito à exigência de enunciados éticos, precisamos nos valer de uma consideração: os fatos são, mas os valores valem.

A universidade como *fato* resume-se a uma instituição organizacional sustentada por uma racionalidade mercadológica cujos fins estão voltados para resultados econômicos e financeiros. A relação entre as pessoas é sustentada por uma violenta competição (como em todo mercado); cada profissional é avaliado através de um currículo que precisa ser constantemente alimentado por produções de pesquisa; e, assim sendo, o valor do profissional desaparece em nome do fato: seu currículo.

A universidade como *valor* instituído acena para o significado de seus projetos voltados para a formação ética, política e educacional cuja autonomia e liberdade de pensamento deveriam ser legitimamente reconhecidos. A universidade deveria ser apreendida pela totalidade do corpo social, como um *valor* instituído e é enquanto valor que ela precisa ser preservada.

Entretanto, tudo leva a crer que a opção pelo fato foi mais forte; a ética tornou-se supérflua em nossas universidades, ou melhor, ficou reduzida à instituição de códigos deontológicos fundados na visão da universidade como um fato, uma realidade institucional e organizacional que insiste em se manter distante de uma reflexão sobre o dever-ser.

Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo e outros ensaios*. Traduzido por Vinícius NicastroHonesko. Chapecó. Argos, 2010.

ARENDETT, Hannah, *Eichmann em Jerusalém*. Traduzido por José Rubens Siqueira. São Paulo. Companhia das Letras, 2000.

BAUMAN, Zigmunt. *Em busca da política*. Traduzido por Marcos Penchel. Rio de Janeiro. Zahar, 2000.

BOSI, Alfredo, *Literatura e resistência*. São Paulo. Companhia das Letras, 2002.

HEIDEGGER, Martin. *Sobre a essência da verdade*. Traduzido por Ernildo Stein. Col. Os pensadores. São Paulo. Abril Cultural, 1973.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Princípios da filosofia do direito*. Traduzido por Orlando Vitorino. São Paulo. Martins Fontes, 1997.

MARX, Karl. *A ideologia alemã*. Traduzido por Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo. Martins Fontes, 2004.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Traduzido por Jesus Ranieri. São Paulo. Boitempo, 2004.

MORIN Edgar. *Cultura e barbárie europeias*, Tradução: Daniela Cerdeira. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

TRAGTENBERG, Maurício. *Sobre educação, política e sindicalismo*. São Paulo: UNESP, 2004.

SARTRE, Jean-Paul. *L'être et l'enéant: essai d'ontologie phénoménologique*. Paris. Gallimard. 2001.

_____. *Cahiers pour une morale*. Paris: Gallimard. 1983.

_____. *Situations IV*. Paris. Gallimard. 1964. (*Situações IV* Tradução de Maria Eduarda Reis Colare e Eduardo Prado Coelho. Lisboa: Publicações Europa-América, 1972.

_____. *Critique de la raison dialectique: tome II*. Paris: Gallimard, 1985.

WEBER Max. *Sociologia*. Organizador: Gabriel Cohn. Coordenador: Florestan Fernandes. Ática. São Paulo, 1999.